



PREFEITURA DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

*Joana*

## ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL – COMPAC

Aos dez dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, às nove horas, em reunião por meio da plataforma *Google meet*, ocorreu a reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Santa Luzia. A Sra. Joana Coelho deu início à reunião, esclarecendo sobre a pauta e informando que a ata seria escrita de modo a contemplar as falas de todos os participantes. Maria Clara informou que ao redigir as atas de outras reuniões, gravou o áudio e transcreveu as falas em sua totalidade, ressalvados as dificuldades de compreensão, e colocando-se à disposição para possíveis alterações. Joana pede que todos os participantes leiam e assinem as atas e informa que estas precisam ser publicadas ainda este ano. Marco Aurélio Fonseca realiza a chamada dos participantes, dos quais se manifestam: Joana Coelho, Maria Clara, Luciana Angélica, Diego Rodrigues, Fernando Pereira, Neilson José da Silva, Rosa, Ana Luisa, Aparecida dos Santos, Celso Aquino, José Hélio, Adalberto Andrade. Joana pergunta se estão todos de acordo com as atas e, em seguida, começa a seguir a pauta de reunião. Convoça a Sra. Luiza Marques que apresenta uma proposta de Educação Patrimonial, com o intuito de fazer um livro adulto e um infantil, com base em relatos de integrantes da comunidade de Taquaraçu de Baixo. Joana ressalta que essa ação é primorosa, e pede para que ela apresente esta proposta para o COMPAC, em vias de analisar a viabilidade de este material ser publicado com recursos do FUMPAC e, posteriormente, ser distribuído ao público. Luisa fala que, apesar de não ser mais moradora de Taquaraçu, cresceu naquele povoado e que essa vivência lhe permitiu escrever o livro a partir do contato direto com a comunidade. Ela se identifica como descendente de uma das famílias que vieram para a região com o intuito de explorar o ouro, ainda no século XVIII, e informa que cresceu no povoado de Taquaraçu ouvindo as histórias e os relatos de seus moradores sem, contudo, ter respaldo em registros. Apresenta o livro intitulado “Raízes: Teatro de cunhal e outros legados de fé, amor e arte”, ressaltando que o material foi desenvolvido com base nas histórias que foram passadas de geração em geração. Conta que o livro se baseia nos relatos de sua mãe, Nadir Lobo, e de outras pessoas ligadas à história e cultura de Taquaraçu. Esclarece que o livro foi desenvolvido em sete capítulos: 1) Legado Cultural; 2) Ciclo do Ouro; 3) Teatro de Cunhal; 4) A fé de um povo; 5) Sabedoria Popular; 6) Manifestações Culturais; 7) Herança Gastronômica. Informa que este primeiro livro é feito para o público adulto e que, posteriormente, foi feito outro trabalho voltado ao público infantil, intitulado “Brincando de fazer arte”, que conta a história do Teatro de Taquaraçu por meio de uma linguagem leve e simples. Ela enfatiza que os dois livros se complementam e ajudam a tornar a história do teatro conhecida. Luisa apresenta um vídeo com a narração de sua mãe acerca das memórias que foram narradas e deram origem aos livros. Finaliza sua apresentação. Joana informa que a prefeitura não pode imprimir e distribuir os livros por estar sem ata aberta. Informa que este material poderia ser impresso por meio dos recursos do FUMPAC e poderiam integrar as ações de Educação Patrimonial. Luisa informa que poderiam ser impressos mil exemplares de cada livro, sendo pago o valor de R\$ 11890,00 (onze mil oitocentos e noventa reais) para o livro adulto e R\$ 6230,00 (seis mil duzentos e trinta reais) para o livro infantil. Diego Rodrigues intervém dizendo que as ações de Educação Patrimonial precisam ser trabalhadas de maneira mais ampla e melhor difundidas. Joana fala que as questões de Educação Patrimonial têm sido planejadas pela equipe da Secult e logo serão compartilhadas com o Conselho. Maria Clara intervém para esclarecer acerca do uso dos recursos do FUMPAC, explicando que é necessário dar ciência a todos os Conselheiros sobre o uso deste recurso, já que ele deve ser usado para difundir os bens culturais do município. Esclarece que o FUMPAC é destinado à difusão e preservação do patrimônio cultural material e imaterial, sendo que a publicação de materiais como o livro da Luisa promove a pontuação no Quadro D- Difusão do ICMS Cultural, pois gera material gratuito de divulgação, a ser distribuído para públicos alvo específicos. Maria enfatiza que o ICMS é uma das principais maneiras pelo qual a gestão faz a captação de recurso e que, cada vez que o recurso do fundo é utilizado há retorno deste investimento por meio do ICMS. Diego pergunta se já existe alguma estratégia de divulgação dos livros feitos pela Luisa, e Maria informa que primeiramente será necessário deliberar com o Conselho. Joana intervém dizendo que na próxima reunião a Equipe Técnica da Secult irá apresentar o Planejamento das

*Joana*

*[Signature]*

*[Signature]*

*[Signature]*



PREFEITURA DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Ações de Educação Patrimonial a serem realizadas nos próximos quatro anos, dizendo que a proposta da Sra. Luisa será contemplada. Informa que a impressão e distribuição dos livros feitos por ela será um processo que demanda gastos de recurso público e que, portanto, deverá seguir os trâmites devidos. Adalberto intervém pedindo atenção ao público de distribuição, informando que é necessário contemplar a comunidade de Taquaraçu de Baixo (que é a protagonista), mas que também é importante encaminhar para instituições de interesse da esfera municipal, estadual e nacional. Joana fala sobre a possibilidade de difundir essa iniciativa por meio de divulgação do IEPHA. Joana salienta a necessidade de envolver a população neste movimento de desenvolvimento de trabalhos a partir de história oral e produção de materiais. Adalberto questiona se a Secult já fez a revisão do trabalho a ser publicado com esse recurso público. Joana fala que este trabalho de revisão/edição será realizado posteriormente à aprovação do material. Maria sugere a formação de uma Comissão para avaliação do trabalho, tendo a participação de servidores da Secult e de membros do Conselho. Luisa concorda com a intervenção, e fala das dificuldades de coligir fontes para a produção de seu material. Em seguida, complementa dizendo que fez uma leitura do material para a comunidade, para que eles fizessem uma primeira análise do que havia sido escrito. Joana informa que serão mil exemplares de cada livro, sendo a distribuição pensada coletivamente. Joana pergunta se todos os presentes estão de acordo, e ninguém se manifesta contra. Diego parabeniza a iniciativa da Sr.<sup>a</sup> Luisa, destacando ser esta um importante marco para a educação e cultura de Santa Luzia. Ramon Damásio, do Jornal Virou Notícia, se coloca a disposição para divulgar o material. Joana chama os participantes para comporem a Comissão, avisando que será feito um grupo para decidir quais membros irão compor. Joana agradece a participação da Luisa, e informa que irá passar para o segundo ponto da pauta relativa à validação das Notas Técnicas do IEPHA. Marco Aurélio Fonseca intervém dizendo que é necessário a aprovação e validação, por parte do conselho, das notas técnicas que haviam sido enviadas por e-mail, relativas aos imóveis da Rua José Miranda de Almeida, N°45, do proprietário Marcelo de Carvalho, e do imóvel localizado na Rua Direita, N°491, da proprietária Maria Goretti Gabrich Fonseca, casa tombada em esfera municipal e estadual cuja proprietária fará mudanças internas no imóvel, mantendo sua fachada externa. Joana coloca as notas para validação, sendo que nenhum dos participantes se manifesta contra e, portanto, considera as Notas validadas. Em seguida, passa para a terceira pauta, abordando a aprovação da obra de restauro no Museu Aurélio Dolabella: Joana esclarece que a aprovação está relacionada às etapas do projeto e não somente aos gastos. Maria Clara esclarece que na última reunião os projetos desenvolvidos pela Márcia foram colocados para votação, e enfatiza que a aprovação não está relacionada ao dinheiro, mas a qualidade do projeto. Informa que o trabalho foi exposto para a Comissão, sendo mostradas as Pranchas do Projeto e o Memorial Descritivo elaborado pelos servidores, e ressalta que o projeto já tem a aprovação do IEPHA e do IPHAN, e que precisa da aprovação dos conselheiros. Informa que, posteriormente, será realizada uma reunião com os Conselheiros Sobre após apresentação da Medição do trabalho efetuado pela empresa, para deliberação acerca do pagamento da obra. Informa que, quando tiver a primeira medição, serão repassadas as informações, item a item, para os Conselheiros. Enfatiza que não haverá retirada de nenhuma quantia do FUMPAC neste momento, sendo apenas emitida uma ordem de serviço para a empresa começar as ações. Os valores a serem pagos serão apresentados pela empresa, no decorrer do desenvolvimento do Projeto. Joana ressalta a proximidade com o Ministério Público, que está acompanhando todo o processo. Maria Clara informa que assim que o Canteiro de obras estiver seguro, haverá autorização para a visita técnica, tendo em vista que o início da obra envolve riscos. Joana coloca esta pauta para aprovação e, não havendo manifestação contrária, Joana considera aprovada. A primeira chamada do Google Meet foi encerrada às 10h00min, dando início a segunda chamada. Enquanto os participantes voltavam à reunião, Joana passou alguns informes: Há reuniões periódicas com o Ministério Público para tratar das questões urgentes relativa aos bens imóveis no município que necessitam de restauro, de modo a dar possíveis orientações. Joana enfatiza que essa aproximação é importante para a celeridade dos processos. Maria Clara informa que, na próxima reunião, será apresentado o Projeto relacionado ao Solar da Baronesa. Marco Aurélio informa que a Joana já deu início aos trâmites relativos à Festa de Santa Luzia, enfatizando que será uma festa de caráter religioso, contando com atrações da Igreja do Rosário e no Santuário de Santa Luzia. Em seguida, Joana passa para a próxima pauta para tratar do aumento do perímetro de tombamento do Teatro de Taquaraçu e a votação das diretrizes para este patrimônio. Márcia informa que a área de



PREFEITURA DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

delimitação de proteção do Teatro de Taquaraçu se mostrava insuficiente para a proteção do bem. Após estudos realizados pela equipe técnica da Secult, em conjunto com o Desenvolvimento Urbano, entenderam a necessidade de alargar este perímetro. Informa que os servidores verificaram a necessidade de aumento deste raio para garantir as intervenções necessárias de proteção, como as drenagens e a proteção da visada do bem. Assim, fizeram uma nova proposta para o raio de tombamento, que passaria de 494 m<sup>2</sup> para 4124,37 m<sup>2</sup>. Informa que, na proposta de novo perímetro de tombamento, seriam contempladas as Ruínas da Antiga Fazenda, Moinho e Garagem, assim como a Fossa Negra existente no local. Márcia fala sobre o projeto de readequação do perímetro de proteção, e afirma que o projeto será devidamente apresentado para o Conselho após aprovação desta alteração do raio de tombamento. Chico Lobo pergunta sobre a necessidade de proteger as Ruínas que estão no meio das propriedades. Márcia fala que elas compõem a paisagem do bem. Chico Lobo ressalta que é necessário limpar as canaletas ao redor do Teatro para evitar o acúmulo de água que coloca o bem em estado de risco. Márcia fala que já solicitaram a limpeza em caráter de urgência para a manutenção do Teatro até que a intervenção aconteça. Márcia informa que realizou uma visita técnica no lugar e que também constatou essa necessidade de intervenção. Neilson da Silva, em resposta ao questionamento do Sr. Chico Lobo, intervém falando que o tombamento de ruínas não é tão comum no Brasil, mas que é um procedimento padrão em outras partes do mundo, como na Europa. Apresenta o caso específico do acidente da empresa Vale do Rio doce, ocorrido em Brumadinho, falando sobre o atual debate de que aquelas ruínas fossem tombadas. Conclui enfatizando a importância do tombamento de ruínas. Adalberto complementa dizendo que entende a colocação do Sr. Chico, dizendo que é uma questão complexa a ser tratada juntamente com a comunidade. Informa que a Casa da Fazenda conferia sentido ao Teatro, mas que atualmente as ruínas estão sendo afetadas pela interferência do tempo, sobretudo devido as suas características construtivas, tendo em vista que os tijolos de adobe e os esteios de madeira são suscetíveis às intempéries. Ele informa que não há sentido em reconstruir um espaço fictício, que busque a reconstrução de um cenário rural, mas enfatiza a importância de projetos que contribuam para a preservação do Teatro e do entorno deste. Menciona a possibilidade de reconstrução da cerca que acompanhava a curva da estrada, que mantinha as características originais do espaço. Lembra que a cerca foi retirada pela ação de algum vereador e que representou um dano para a história do Teatro, já que o retirou do Curral. Pede cuidado na elaboração do projeto para que não seja criado um cenário fictício que coloque o Teatro dentro do curral. Neilson agradece a contribuição de Adalberto. Juliana Soares pede para retomar a questão do entorno tombado, dizendo que o espaço delimitado lhe parece muito extenso. Márcia enfatiza a necessidade de manutenção da ambiência de todo o espaço. Mikaela Moraes informa que, para além do bem tombado, é necessário proteger o entorno, tendo em vista a fragilidade do bem. Enfatiza que qualquer alteração no entorno pode prejudicar o bem em si, sendo necessária uma área de amortecimento maior para promover a salvaguarda deste bem. Luciana Angélica, do Desenvolvimento Urbano, enfatiza a fala da Sra. Mikaela, dizendo que serão criadas diretrizes que determinem o que pode ou não ser feito no entorno, sendo estas realizadas de forma deliberativa. Mikaela informa que as diretrizes já foram elaboradas, mas que poderão ser acrescentados outros tópicos, mediante discussão. Rosa ressalta a importância deste projeto e propõe que seja feita uma comissão, composta por técnicos e integrantes do Conselho, para ir até a comunidade explicar as nuances da proposta. Adalberto intervém dizendo que esse contato será importante para pensar o patrimônio de maneira conjunta a sua comunidade, para que as questões teóricas não se distanciem da prática. Maria Clara questiona se a decisão de que a Fazenda não entraria no perímetro de tombamento foi uma decisão da comunidade. Adalberto informa que, na época de tombamento, não foi contemplada a Fazenda. Juliana Soares fala que gostou da proposição deste diálogo, e informa que seu receio reside em, por meio do alargamento da zona de tombamento, ela seja prejudicada em poder usufruir da área de seu imóvel. Rosa enfatiza a fala de Juliana, dizendo que ela teme pela desvalorização do imóvel mediante a área de tombamento. Mikaela esclarece sobre as manifestações da Juliana acerca destas questões, informando que a Secult está consciente das demandas apresentadas por ela. Luciana Angélica fala que, para além destas questões, há de se considerar o fato de ser uma área rural, onde somente poderá ser construída uma edificação. Joana informa que foram feitas várias visitas e tentativas de esclarecimento das questões para a população do entorno, respeitando as necessidades de resguardo do patrimônio e das questões apontadas pelos moradores. Propõe nova visita, contando com a participação dos conselheiros e da comunidade, para



PREFEITURA DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

posteriormente definir as questões relativas à área de tombamento. Márcia pede que, enquanto não for definida nenhuma medida em definitivo, que não seja efetivada nenhuma intervenção no terreno. Juliana enfatiza que quando começou a construção não tinha informações sobre os impeditivos legais, mas que, assim que teve conhecimento, interrompeu as intervenções. A reunião no Google Meet foi interrompida às 11h00min, sendo gerado novo link para acesso, e disseminado entre os participantes. É dado prosseguimento à reunião. Joana marca a próxima reunião, que será extraordinária, a ser realizada no dia 25 de novembro de 2021. Pede que os integrantes se organizem para participar da visita técnica à Taquaraçu, ficando decidido que será realizada reunião no Salão Paroquial, no dia 17 de novembro, às 17:00. Joana passa para o próximo ponto de pauta, informando que as inscrições relativas à Lei Audir Blanc foram prorrogadas, devido ao baixo número de inscrições que, até o momento, totalizam 110 propostas. Enfatiza os esforços de divulgação dos editais e acompanhamento da equipe. Pede o envolvimento dos Conselheiros para a divulgação dos editais. Sr.ª Aparecida dos Santos pede a palavra, solicitando pauta para a próxima reunião, para tratar sobre o Quilombo de Pinhões, pedindo que ele seja registrado como patrimônio do município. Maria Clara informa que apenas a festa é inventariada, mas que a Secult pretende, passado o contexto pandêmico, proceder com o registro da festa em sua integridade. Joana ressalta a importância de que os Conselheiros tragam essas demandas, para que o poder público seja capaz de atender os munícipes, e que a reunião do dia 25 será exclusiva para tratar destas questões. Aparecida dos Santos enfatiza a importância de que as estratégias de preservação não se restrinjam as festas, mas que se proceda com o registro do lugar como um todo. Não sendo colocado nenhum outro ponto para discussão, Joana encerra a reunião, agradecendo a participação de todos os presentes. A Presidente do COMPAC – Joana Coelho no uso de suas atribuições apresenta aos conselheiros os tombamentos e registro imaterial provisórios dos seguintes bens: Capela de Santo Antônio, Casa de Cultura Lodé Apará, Terreiro Manzo Ngunzo Kaiango. Aprovados sem ressalvas pelos conselheiros. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, Amanda Gomes, Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Santa Luzia.

Luana A. de Sa Machado - Lem.

*[Handwritten signature]*  
A. K. 7.  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

Aparecida dos Santos como inventariada Maria Clara de Amor

Maria Geralda Gonzaga Cavalari

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*